



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA, DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA
NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2015**

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas, teve lugar a primeira sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal (AM) de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1-CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE SANTA COMBA DÃO/TOMADA DE POSSE DE TRÊS ELEMENTOS

I – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 13 DE DEZEMBRO DE 2014;

2.2- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.3- COMUNICAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADES OU IMPEDIMENTOS, POR PARTE DO SENHOR VEREADOR A MEIO TEMPO, DR. JOÃO TOMÁS (NOMEADO POR DESPACHO DE 14 DE JANEIRO DE 2015), NOS TERMOS DO ARTº6 DA LEI Nº 64/93, DE 26 DE AGOSTO, NA SUA VERSÃO ACTUAL E EM CONJUGAÇÃO COM O Nº 1 DO ARTIGO 3º DA LEI Nº 29/87, DE 30 DE JUNHO, REPUBLICADO PELA LEI Nº 52-A/2005, DE 10 DE OUTUBRO= CONHECIMENTO;

2.4- “INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM CIÊNCIAS DA CONSTRUÇÃO- ITECONS- DESVINCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO, COMO MEMBRO ASSOCIADO FUNDADOR, CLASSE E= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.5- RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SANTA COMBA DÃO= CONHECIMENTO;

2.6- PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2015 DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES/CONHECIMENTO;

2.7- ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA= MOÇÃO DO GRUPO PARLAMENTAR DO PS= CONHECIMENTO.

III- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.

Presidiu aos trabalhos o Sr. Presidente Fernando Paulo Soares Gomes, secretariado por César Fernando Lima Branquinho e Maria José Nogueira de Sousa Tavares.

Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os Senhores Deputados António José Brito Correia, Fernando Augusto Neves Gomes da Cruz, Edite da Conceição Alves da Cruz, Alcino Manuel Coimbra Martins Almeida, Marco Paulo Antunes Varela, Jorge Miguel Silva Amaral, Luís Artur Loureiro Pereira, Maria Inês Dias Simão, Manuel Luís Leitão Morais, Luís Pedro Figueiredo Simões Nunes, José dos Santos Castanheira Neves, Pedro Miguel Soares Veloso, Tiago Rafael Rodrigues da Costa, Joaquim Pereira Rodrigues, Fernando Manuel Dias de Almeida e Costa, João Pedro Duarte da Cruz, Serafim Pereira Rodrigues, José Rui Batista Alves Ferreira, José Augusto Morais de Sousa e Domingos Manuel Costa Marques.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Verificou-se a ausência da deputada do PS Urbana Maria Coimbra Sousa, dos deputados do PPD/PSD Luís Miguel Ferreira Marques e Márcia Sofia Gonçalves Marques e do deputado do CDS/PP Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, cujas faltas foram consideradas justificadas pela mesa.

A sessão começou com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1- CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE SANTA COMBA DÃO/TOMADA DE POSSE DE TRÊS ELEMENTOS:
Procedeu-se à tomada de posse de três elementos do Conselho Municipal de Segurança de Santa Comba Dão Vital Esteves Lopes, na qualidade de Representante do Centro Paroquial de São Joaninho; João Pedro Antunes de Almeida Costa, indigitado pelo grupo Parlamentar do PPD/PSD e Ana Cláudia Gonçalves Baía Peixoto, Procuradora Adjunta na Comarca de Viseu, Santa Comba Dão, Instância Local, na qualidade de Representante do Ministério Público.

Em seguida foram abertas as inscrições para as intervenções dos senhores deputados neste período. O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Deputado Luís Artur Loureiro Pereira que começou por felicitar o Executivo pela conclusão da reparação da ponte da Ecopista do Dão junto a Nagozela, que aumentava a segurança dos utentes. Solicitou de seguida ao Sr. Presidente da Câmara que fizesse um relato acerca das principais conclusões do relatório à vistoria da Ecopista do Dão, já entregue na CIM. Pediu ainda o acesso ao referido relatório pois, sendo um utilizador assíduo e frequente da Ecopista, talvez tivesse alguma sugestão a fazer na óptica do utente. Continuou a sua intervenção fazendo um pedido de esclarecimento sobre o motivo de ausência do Centro Municipal de Marcha e Corrida na atividade do Município, perguntando se havia sido um lapso ou se a sua criação havia sido abandonada. Por último pediu ainda mais um esclarecimento acerca do regime legal que sustentava a continuação do funcionamento das piscinas municipais, questionando quais os impeditivos legais que tornaram impossível o lançamento rápido do novo concurso. O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que não tinha consigo os dados do relatório da Ecopista para fornecer, mas que os enviaria ao Sr. Deputado e aos líderes das Bancadas PPD/PSD, PS e CDS/PP, para que na próxima Assembleia Municipal se pudessem debater, dizendo ainda que a ponte de Nagozela era uma preocupação mas que já estava resolvida. Relativamente ao motivo de ausência do Centro Municipal de Marcha e Corrida na atividade do Município, referiu que continua nas intenções do município colocá-lo em funcionamento mas, por impedimentos vários, ainda não tinha sido possível. No que diz respeito às piscinas o Sr. Presidente disse que como se tratava de um serviço público a Câmara resolveu correr o risco de as manter em funcionamento nas mesmas condições, uma vez que, por questões processuais, os concorrentes que apresentaram propostas, no âmbito da hasta pública, aberta para a concessão das piscinas municipais, foram excluídos. Informou, ainda, que na última reunião da Câmara Municipal foi aprovada a abertura de uma nova hasta pública.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Jorge Amaral que referiu que é do conhecimento público as dificuldades financeiras do Município, mas que essas dificuldades nunca colocaram de lado o que o maior partido da oposição, através do seu líder da Comissão Política, designa de Tecido Associativo. O atual Executivo, desde o seu início, anunciou que a transparência e rigor seriam algumas das suas bandeiras no mandato para o qual foi eleito e que, sabendo das dificuldades, nunca se embandeirou a prometer o que não podia cumprir.

Largo do Município, 13 - 3440-337 Santa Comba Dão - Telef. Geral 232 880 500 - Fax 232 880 501 - E-mail: assembleia.municipal@cm-santacombadao.pt - site: www.cm-santacombadao.pt

Contribuinte N.º 506 637 441



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in blue ink.

informando as associações que a ajuda monetária seria difícil de comportar ao contrário do que havia acontecido com o anterior Executivo, em que as quantias monetárias não passaram de meras promessas, como é o exemplo das Associações de Vila Pouca, de Cagido, as Filarmónicas, entre outras. O atual executivo através de uma proposta de apoio ao Movimento Associativo, apresentou para o ano 2014, um valor monetário para cada associação mediante algumas condicionantes que as associações deviam respeitar, sabendo de antemão que era pouco, cumpriram com o prometido. As associações também tiveram apoio, nomeadamente, a nível do desporto – disponibilização de estruturas humanas e físicas; ao nível das infraestruturas – nas obras de requalificação, remodelação e reparação de equipamentos vários; apoio logístico em diversas atividades e na divulgação dos eventos. O Movimento Associativo participou em diversos eventos com o objetivo de angariar fundos, com um especial destaque para as festas de Santa Comba Dão onde houve três associações que angariaram mais de 15 mil euros, tendo outras lucrado entre 5000 euros e 500 euros. As comemorações dos forais e as marchas populares tiveram também uma grande importância e apoio da Câmara Municipal. O evento do Mercado que pretende ser um espaço para dinamizar e promover a angariação de receitas das associações e mostrar o que de bom existe nas nossas terras. Isto entre outras atividades. O associativismo é a partilha e assume um papel cultural, social e desportivo de grande importância, apoiar as associações não é só dar dinheiro mas, mesmo, olhando só a isso, o atual Executivo do pouco com que se comprometeu cumpriu.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Manuel Luís Leitão para dizer que se confirmou que Santa Comba Dão perdeu a Base de Apoio Logístico, que é uma estrutura nacional, e que foi transferida para Mangualde. Procurou saber junto de quem está à frente das instituições do Corpo de Bombeiros e do Comando do Distrital de Operações de Socorro o porquê desta mudança e a resposta recebida foi de que a Base de Apoio Logístico – BAL em Santa Comba Dão já não tinha condições para a sua permanência. Olhando para as instalações do quartel dos Bombeiros vê-se que está degradado. Além de se perder esta estrutura, que era muito importante para a nossa terra, pois trazia bombeiros desde Bragança até ao Algarve também dava formação de quadros de comandos de manuseamento de meios aéreos. A seu ver isto tem uma razão de ser, pois parece que na última década alguém fez ouvidos e olhos cegos ao pedido de apoio para a construção da BAL, não culpa a parte política, nem quem dirige a Associação, mas não foram feitas obras e agora Santa Comba Dão está mais pobre. Deixa um alerta ao Sr. Presidente e ao Executivo e a todos para o que está a acontecer.

Relativamente à questão exposta o Sr. Presidente da Câmara disse que a situação o estava a preocupar muito, mas não quer atribuir responsabilidades, por não saber quem terá mais, se a nível político ou de dirigentes da Cooperação dos Bombeiros, abstando-se de emitir um comentário. Regista que, pelo conhecimento que tem do distrito, na maioria dos concelhos, como era o caso dos concelhos vizinhos, os quartéis de bombeiros foram restaurados, enquanto o nosso quartel, que tinha das melhores infraestruturas da região ficou ultrapassado, embora existisse dinheiro no anterior Quadro Comunitário para a requalificação da proteção civil e requalificação dos quartéis dos bombeiros, sendo uma oportunidade perdida. Neste momento, estão a tentar fazer alguma coisa, pois existe informação de que iriam abrir, ainda no atual Quadro Comunitário, candidaturas a esse nível, pelo que o Gabinete de Urbanismo da Câmara Municipal tem quase pronto um projeto de requalificação do Quartel que tem duas vertentes: a vertente que tem a ver com a Base de Apoio Logístico e a outra vertente que tem a ver com a parte operacional dos bombeiros voluntários para que possam estar reunidas as condições para o trabalho dos operacionais. Informou ainda que efetuou uma visita ao Senhor Presidente da Autoridade Nacional da Proteção Civil, acompanhado do Sr. Presidente da Direção dos Bombeiros, convidando-o a visitar Santa Comba Dão, prometendo, este, que viria em breve, contudo até ao



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
CÂMARA MUNICIPAL
Contribuinte N.º 506 637 441

momento ainda não deu resposta. Perante isto o Sr. Presidente da Câmara já enviou outro ofício dizendo que continuavam a aguardar a sua visita para que, in loco, se possa aperceber das condições em que a Associação dos Bombeiros vive atualmente.

Em seguida foi dada a palavra à Sra. Deputada Edite Cruz, que na sua intervenção proferiu o seguinte:

“ Ser cidadão com responsabilidades políticas, exige também, por imperativo de consciência e por dever de cidadania, olhar para o passado do nosso município, avaliar o seu presente e tentar dar um contributo, ainda que modesto, para o que deve ser o seu futuro. Importa é que, ao fazê-lo, não nos deixemos enganar pelo espírito de festa e falsa realidade que é tantas vezes próprio do discurso atual dos políticos que pertenceram ao executivo anterior. É função dos deputados desta Assembleia deixar a sua visão desassomburada, crua e nua do que é hoje a realidade de Santa Comba Dão, sem sofismas e sem contra-informação.

Santa Comba Dão atravessa tempos sombrios, diríamos mesmo deprimentes, em que, a pretexto de uma crise económica e financeira, chegamos a um ponto de não retorno, onde tudo ou quase tudo é posto em causa. Sejamos claros, por muito que nos queiram impingir que a gravosa situação atual do município e as consequentes medidas que daí advém, tais como, o aumento do IMI, a diminuição do número de horas de iluminação pública, o encerramento da escola profissional e outras medidas que assentam em pressuposto de redução de despesa, são marcas do atual Executivo, todos sabemos que estas medidas surgem como consequência do imperativo legal que resultou de oito anos de desvario, de irresponsabilidade e incompetência da governação do anterior executivo do PSD.

Dirão os mais distraídos que, por coincidência, estamos também hoje a pagar o preço da crise na Europa. Como não somos nem estivemos distraídos, nos oito anos de gestão autárquica do PPD/PSD em que nesta Assembleia inúmeras vezes manifestamos oposição a medidas desajustadas e por vezes de legalidade duvidosa, temos que dizer claramente que a atual situação financeira da autarquia não é mais do que o resultado de uma gestão ruínosa dos executivos liderados pelo PPD/PSD nos dois mandatos anteriores.

Relembremos alguns factos, a bem da verdade e do esclarecimento rigoroso do percurso que nos conduziu até aqui: a criação da empresa municipal COMBANIMA – que nunca foi gerida com a preocupação de atingir os objetivos que justificaram a sua criação, apenas serviu para facilitar algumas manobras de engenharia financeira; a criação da Dãogeste para construção de 2 Centros Educativos sem financiamento do QREN, com custos exagerados que aqui foram denunciados através da comparação com os custos de outros centros educativos com áreas de construção equivalentes; - incumprimento do plano de saneamento financeiro, em que o empréstimo concedido para pagar a fornecedores foi usado para outros fins aumentando ainda mais a dívida; o aumento da despesa com pessoal e a falta de rigor na implementação de projetos e na elaboração de protocolos com empresas prestadoras de serviços, podemos citar a título de exemplo, algumas situações de incumprimento e irresponsabilidade que constam dos documentos para análise hoje nesta assembleia, tais como a devolução de 688.870,75 euros relativos a financiamentos de obras do QREN devido a irregularidades no processo de execução na requalificação da Ex EN2 e Ex EN234 para os quais a bancada do partido socialista alertou inúmeras vezes nesta assembleia o executivo anterior, a rescisão do contrato relativo à construção de Ginásios, com a consequente devolução de 210.748,76€, a anulação do 3º pedido de pagamento do projeto Geração XXI, no valor de 213.715,39€; o pagamento ao ITECONS de 2006 a 2013 ao abrigo de um protocolo em que durante 8 anos foram realizados 8 trabalhos por este instituto que não justificam de maneira alguma, os 213.715,39€ pagos. Poderia continuar a enumerar mais incumprimentos, irregularidades, etc, mas os exemplos supra citados demonstram claramente a gravidade da situação.

A verdade dos números é que o valor atual das dívidas apenas encontra explicação na gestão fraudulenta e inconsequente dos dinheiros públicos, assente na expectativa ingénuas de que iria haver sempre mais e mais dinheiro para gastar em eventos de mais que duvidosa rentabilidade, na satisfação de promessas eleitorais, ajustes diretos sem rei nem roque e em tantas outras situações injustificadas que condicionaram definitivamente o desenvolvimento de Santa Comba Dão.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ora, fruto destes anos de desvario, a autarquia enfrenta hoje uma realidade de tal forma grave, que exige de todos nós – Executivo, Assembleia Municipal e sociedade civil – um esforço nunca antes tentado, na busca de uma solução que permita não só a sustentabilidade da tesouraria, mas sobretudo a reposição do bom nome.

Na governação do anterior Executivo o Município de Santa Comba Dão foi transformado numa entidade relapsa, que é hoje conhecida e reconhecida entre os seus fornecedores como alguém que não honra a sua palavra, que não cumpre as suas obrigações, enfim um mau pagador. Se a situação é grave, mais grave se torna quando responsáveis políticos que conduziram a autarquia a este precipício dizem publicamente que o executivo atual não deve falar na catastrófica dívida que ensombra o dia a dia de quem tenta a todo custo delinear um projeto exequível que permita salvar a autarquia deste descalabro financeiro e reencontrar um caminho viável que nos permita de uma forma, responsável e ponderada, ajudar a construir uma cidade melhor, não será com certeza uma gestão baseada em omissões, ambições pessoais, e falta de capacidade de trabalho em equipa que irá construir um projeto capaz de inverter a herança que recebemos.

Os Santacombadenses já mostraram um cartão vermelho ao executivo do PPD/PSD no dia das eleições e por mais que se proclamem falsas realidades em jantares e nos órgãos de comunicação social os Santacombadenses já não se deixam ludibriar.

Contem com o nosso empenho na procura incessante de uma solução para a difícil situação em que está a nossa autarquia. Não esperem é da nossa parte que alinhemos em tentativas despudoradas de branqueamento das responsabilidades e sobretudo, em tentativas desesperadas de fraude à lei e às instituições judiciais de controlo financeiro.

Temos uma equipa a liderar o Município que tem demonstrado determinação, rigor e transparência, no sentido de credibilizar a nova gestão do município perante as Instituições e os cidadãos, acreditamos na sua competência profissional e na sua determinação”.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado António José Correia que começou por dizer que não vinha predisposto a falar e que queria passar uma Assembleia mais ou menos tranquila mas, atendendo à atenção que os deputados do partido socialistas têm aos jantares do PSD e às suas intervenções, se viu obrigado a responder a algumas questões. Assim, disse que às vezes não se tem a noção de como o tempo passa, mas que, por umas contas que fez de forma rápida, o Sr. Presidente da Câmara, governa praticamente há quinhentos dias e a verdade é que o discurso encomendado aos seus deputados vem bater sempre no mesmo, as dívidas, o que se passou, o que se deixou de passar, a dívida astronómica. Presume que daqui a mais quinhentos dias se vai estar a falar do mesmo e passados mais quinhentos dias se vai, provavelmente continuar a falar do mesmo, porque é altura próxima de eleições. Não ia ripostar mas tecer pequenas considerações. Disse que na intervenção a Dra. Edite Cruz parecia estar particularmente nervosa, não sabia porquê, mas que se tinha engasgado várias vezes. Tinha a vantagem de olhar de frente para ele, o que gosta, já ele não o pode fazer por por ela estar de lado. Mencionou que a Senhora vinha sempre com os mesmos argumentos e que muito provavelmente iria ter de justificar algumas das afirmações que fez, nomeadamente, noutras instâncias, e que a Senhora tinha falado em gestão....Nisto, foi interrompido pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia que lhe disse que as suas palavras deveriam dirigidas ao Presidente da Mesa da Assembleia. O Sr. Deputado António José Correia respondeu que a Sr. Deputada se tinha dirigido à sua pessoa. Perante este facto o Sr. Presidente da Assembleia elucidou que poderia comentar na terceira pessoa, que era só mudar a forma verbal. Neste momento, referido Deputado perguntou ao Sr. Presidente da Mesa se queria tomar o seu lugar e falar na sua vez. O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia retorquiu dizendo que o Sr. Deputado António José Correia é que queria ter tomado o seu lugar mas que isso não aconteceu. O Sr. Deputado António José Correia respondeu que era verdade e, nesse momento, o Sr. Presidente da Mesa pediu desculpa pelo que disse. Então, o Sr. Deputado António Correia referiu que esperava um pedido de desculpas público, ao qual o Sr. Presidente da Mesa perguntou qual o motivo. O Sr. Deputado António José Correia disse-lhe que tinha sido desagradável no comentário e que lhe ficava mal. O Sr. Presidente da Mesa retorquiu referindo que era ao Sr. Deputado António José Correia que ficava mal os ataques pessoais que lhe vinha dirigindo nas Assembleias e que poderia



Handwritten signature in blue ink.

MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

continuar a sua intervenção. O Sr. Deputado António Correia disse que quem tinha iniciado a polémica tinha sido o Sr. Presidente da Mesa, pedia desculpa, mas que tinha sido o Sr. Presidente da Mesa que o tinha interrompido na sua intervenção. O Sr. Presidente da Mesa respondeu que tinha respondido do mesmo modo do Senhor Deputado. Para encerrar o assunto o Sr. Presidente da Mesa pediu o favor ao Sr. Deputado para continuar a sua intervenção, tendo este respondido que ele e os seus deputados não iriam intervir mais na presente Assembleia.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para comentar as intervenções da Sra. Deputada Edite Cruz e do Sr. Deputado António Correia. O Sr. Presidente referiu que andavam para ai a dizer, e já comentado pelo Sr. Deputado Jorge Amaral, que a Câmara não estava a apoiar as associações e que havia uma falta de apoio ao Associativismo, enquanto no passado tinham direito a ter transporte que o município pagava. Este executivo ao tomar posse, e em reunião do Executivo, decidiu atribuir um apoio financeiro para cumprir, atribuiu e pagou 4 mil e trezentos euros ao Movimento Associativo, verbas aprovadas em reunião do Executivo, por unanimidade, e que foram cumpridas e lembrava que foi o possível. A situação financeira do Município não permitia mais e que o falar todos os dias sobre a questão da dívida e da situação financeira da Câmara tinha a ver com o risco que corriam por se estar a fazer despesa sem fundos disponíveis. Legalmente estão por sua própria conta e risco porque não existe nenhum mecanismo que permita fazer despesa e esse enquadramento foi feito nas despesas consideradas imprescindíveis e inadiáveis. Avançou que podiam fazer como o anterior Executivo, deliberar a atribuição apoios e depois não os cumprir como foram os caso da associação de Vila Pouco, houve uma deliberação da Câmara na atribuição de 18 mil euros para umas obras que estavam a realizar que nunca pagaram, à Associação de Cagido foram atribuídos 18 mil euros para um conjunto de obras que estavam a realizar e apenas foram pagos 5 mil euros, havendo uma dívida antiga de 13 mil euros, à APPACDM existe ainda um valor significativo em dívida relativa ao protocolo que foi celebrado. Referiu que era pena não estar já presente nesta sala o Sr. Deputado António Correia pois numa reunião de Câmara presidida por ele e por sua proposta foi deliberado atribuir à Junta de Freguesia de São João de Areias 150 euros por mês, em 2010, para custear o alojamento de um cidadão deficiente que vive em Castelejo, no entanto a Junta de Freguesia de São João de Areias nunca recebeu um "tostão", o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, em Julho ou Agosto de 2014, comunicou ao cidadão que a Junta não podia continuar a suportar a renda que a partir do dia 1 de Novembro de 2014 a responsabilidade passaria para a Câmara Municipal. A partir daí a Câmara celebrou um contrato com o senhorio e as rendas têm sido pagas, continuando o cidadão a viver em condições dignas. Em relação aos transportes o Executivo anterior, e isso tem que se fazer justiça, atribuiu, nos anos de 2008 a 2012, transporte a todas as associações do concelho que tinham atuações fora de Santa Comba Dão. Efetivamente esses transporte foram executados só que nunca foram pagos e nem sequer tiveram reflexo na contabilidade. O Sr. presidente da Câmara tinha consigo para mostrar ao Sr. Deputado António Correia e vereador do anterior executivo um conjunto de faturas, relativas a transportes feitos pelas associações, encontradas num caixote, no seu gabinete, que entraram na Câmara Municipal e que não deram entrada na contabilidade nem tiveram nenhum procedimento prévio, não houve uma requisição, não houve nenhum tipo de contratualização. Quando as faturas chegaram ficaram por ali a marinar, mas para o sítio onde deveriam ter ido essas faturas não foram, nunca foram declaradas na contabilidade nunca foram pagas. Quando falarmos na informação acerca da actividade municipal vou falar numa situação que tem a ver com uma contestação judicial por parte da Rodoviária Beira Litoral que diz respeito a estas faturas. Assim meus senhores seria muito fácil apoiar associações.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Fernando Cruz para dizer ao Sr. Presidente da Câmara que, por várias vezes, tinha colocado nesta Assembleia um desafio para se fazer um ponto final nas heranças, que em todas Câmaras do país houve heranças, só que há pessoas que as resolvem do ponto de vista legal, com soluções e, não arrastam essas soluções como hoje se está a fazer em Santa Comba Dão, tornando o seu nome indesejável e não trazem investidores. Com esta permanente ida ao saco da herança, metendo na mesa aquilo que foi e que deixou o anterior Executivo, sem perceber que o anterior Executivo quando lá chegou também teve em



Handwritten signatures in blue ink.

MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cima da mesa 4 milhões de euros de dívida de faturas e, também, havia um 1,5 milhões de euros de faturas não contabilizadas e que está no relatório que foi para o Tribunal de Contas. Eles não fizeram queixa a ninguém, tiveram de as tratar, foi para isso que foram eleitos. Foram julgados, um julgamento inteligente do povo de Santa Comba Dão foi dar ao PS uma melhor gestão com a chegada do Executivo do PS, é isso que o povo espera, não é andar quatro anos com esta chacota, de cada vez que há um jantar ir buscar as palavras ditas pelo Dr. António. Isto em política é normal até que se faça, mas não com esta permanente utilização das Assembleias que têm uma dignidade de trazer assuntos de Santa Comba Dão e de interesse para se tornar uma cidade competitiva, desejável com qualidade que todos reconhecem, não esta situação de estarmos a falar permanentemente numa dívida e na injunção. O Município anterior fez má gestão foi julgado e está lá outro Executivo que prometeu soluções. O Sr. Presidente da Câmara disse que tinha soluções para todas as situações que estão em cima da mesa, que iam fazer o desenvolvimento de Santa Comba Dão com um ato de gestão nobre, prudente e com coerência e é isso que se espera e, não esta permanente troca de palavras. Julgavam que cem dias dados à gestão deste Executivo fossem os chamados de poder falar da gestão anterior. Desafio que fizessem uma Assembleia extraordinária para falar dos executivos anteriores. O que pensa é quando se é eleito, o presidente da câmara, é para resolver situações com a herança que se recebeu, que é dura, por isso é que foram eleitos. Também disse que são parceiros da solução para as soluções e não para estes ataques pessoais que lhe parecem inapropriados e trazem mau nome a Santa Comba Dão, independentemente de já tudo ter sido dito sobre a herança. Agradece ao senhor presidente que mude um bocadinho.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que relativamente à intervenção do Sr. Deputado Fernando Cruz que não foi o PS que andou a dizer que este Executivo é conhecido pelo aumento do IMI, pelo apagão e pela falta de apoio ao Associativismo. Estava à espera de quê?. O Executivo anterior é que é conhecido pelo aumento do IMI, o Sr. Deputado sabia muito bem o que foi nesta Assembleia deliberado ou então fazemos declarações e não cumprimos, houve uma declaração de intenções da Câmara Municipal que o Tribunal de Contas nos exigiu para colocarmos os impostos no máximo para nos atribuir o PAEL, aqui na Assembleia Municipal. Também agora para que possamos aceder ao FAM, temos de ter obrigatoriamente os impostos no máximo. Ao dizerem que este Executivo é conhecido pelo aumento de 25% do IMI é estar a brincar connosco, quem levou o Município à situação em que está não foi este Executivo. Alertamos muitas vezes nesta Assembleia Municipal e na Câmara Municipal para o desvario que estava a ser tido em conta. Hoje estamos a ser confrontados não só com a dívida, pois, ao longo destes últimos anos não houve desenvolvimento económico em Santa Comba Dão que lhe permita obter receitas para fazer face às despesas correntes que o Município tem todos os meses de fazer. A situação de não ter fundos disponíveis é um constrangimento enorme. Assim vai falar um pouco do que é a formação da actividade financeiro para dizer que corremos o risco de não se ter dinheiro do próximo quadro comunitário, pois tem de se devolver 1 milhão de euros podendo chegar aos 2 milhões de euros, e qualquer candidatura que se faça no próximo quadro comunitário se não se pagarem as dívidas o valor da ilegitimidade do próximo quadro ficará todo retido. A candidatura que foi feita para a requalificação da ETAR de Santa Comba Dão que permitia obter 64 mil euros poderá ser posto em causa. O seu Executivo está seriamente preocupado que o valor da comparticipação possa ficar retida por conta da dívida. Alertamos tantas vezes o seu antecessor, que respondia dizendo os senhores são queixinhas, façam queixas. O Sr. Deputado deve lembrar-se desse discurso recorrente. Hoje estamos na situação em que estamos pelo passado de desvario e de irresponsabilidade. Quando se vem dizer que este Executivo é conhecido pelo aumento do IMI, pelo apagão e pela falta de apoio ao associativismo, estava há espera que se passasse uma esponja no passado?

A Sr. deputada Edite Cruz pediu, de novo, para intervir para dizer que lamentava, enquanto líder da Bancada Socialista a atitude do Sr. Deputado António Correia e quem deveria estar nervoso era ele. E gostaria de esclarecer que o seu comentário na bancada foi no sentido de se participar com legalidade, o Sr. Deputado não lhe podia pedir esclarecimentos diretamente, segundo o regimento, mas sim aos Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e esse sim pode pedir os esclarecimentos que considerar convenientes, não o Sr. Deputado diretamente e já não é a primeira vez que o faz. Pronunciou ainda que iria sempre responder com a legalidade

Largo do Município, 13 - 3440-337 Santa Comba Dão - Telef. Geral 232 880 500 - Fax 232 880 501 - E-mail: assembleia.municipal@cm-santacombadao.pt - site: www.cm-santacombadao.pt

Contribuinte N.º 506 637 441



Handwritten signature and initials in blue ink.

MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do regimento. Disse também que os ataques não foram pessoais mas sim políticos e a política é ouvir o que se quer e o que não se quer. Em Relação à intervenção do Sr. Deputado Fernando Cruz gostaria de o lembrar para ver as atas do primeiro mandato do Executivo do PSD, porque é bom que leia as justificações que lá estão pois a situação da Câmara não era a que é hoje, provavelmente deve ter memória curta.

O Sr. Deputado António Correia ausentou-se da sala às quinze horas e trinta e oito minutos, não participando no resto da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal, considerando-se faltoso, nos termos do nº 2 do artigo 38 do Regimento da Assembleia Municipal.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

I – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 13 DE DEZEMBRO DE 2014;

Na apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 13 de Dezembro de 2014, esta foi aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor, doze do PS, sete do PPD/PSD e três abstenções, uma do PS – Maria José Nogueira de Sousa Tavares e duas do PPD/PSD – Luís Pedro Figueiredo Simões Nunes e Maria Inês Dias Simões, por não terem estado presentes na última sessão.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.2- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que fez uma breve resenha sobre a atividade do Município compreendida entre o período de 23 de Dezembro de 2014 e 23 de Fevereiro de 2015. Disse que foi feita e concluída a cobertura da Escola EB2,3 e que, contrariamente ao que possa ser pensado, esta foi uma obra do Executivo, embora contratualizada com o Ministério da Educação a Câmara foi dona da obra, tendo sido transferidas para a Câmara as verbas necessárias. A Câmara lançou, executou e fiscalizou a obra, tendo esta lhe sido faturada.

Continuou, informando que tinha sido aprovada, pelo POVT, a candidatura para a requalificação da ETAR de Santa Comba Dão, tendo já sido assinado o contrato de financiamento com a respetiva entidade, no valor de 75.864,94 euros. Também foi aprovado o apoio transitório de urgência, pelo valor de 487.158,18 euros, destinando-se este empréstimo a fazer face às despesas consideradas essenciais à vida do Município. Mencionou também que já foi visado pelo Tribunal de Contas o empréstimo no âmbito do PAEL, tendo já recebido a 1ª tranche, 60% do empréstimo que permitiu começar a efetuar pagamentos aos fornecedores. Foi também visado pelo Tribunal de Contas o empréstimo de reequilíbrio no valor de 939.143,56 euros, destinado a liquidar o incumprimento bancário à CGD. O Município foi confrontado com a intenção de execução fiscal por parte da ARH Centro pelo não pagamento da taxa de recurso hídricos desde 2008, em que o valor da dívida acrescida de juros totaliza 81.512,19 euros, que não foram contestados por via judicial pelo anterior Executivo. Esta situação pode por em risco a emissão da licença da ETAR de Santa Comba Dão após as obras de requalificação para ser entregue no POVT, tendo o Município optado por um acordo de plano de pagamento com aquela entidade, estando em negociação o perdão total/parcial dos juros e do valor da taxa debitada no ano de 2008.

Já foram recebidos os relatórios finais da auditoria pelo Programa Mais Centro aos projetos financiados no âmbito do QREN e ditaram a rescisão do contrato, na totalidade, relativo à Requalificação das Ex-EN2 e Ex-



[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N234, em que teve de se fazer a devolução de 688.870,75 euros, a rescisão do contrato relativo à construção de Ginásio, com a devolução de 210.748,76 euros e ainda a anulação do 3º pedido de pagamento do Projeto Geração XXI, com valor de 213.715,39 euros.

Está ainda em análise o projecto relativo à construção do Centro Escolar Norte que está a preocupar o executivo em termos financeiros. Lamentou este comprometimento do futuro. Referiu que iria contestar a dívida mas acrescentou que provavelmente o município iria ser impedido de receber verbas do próximo Quadro Comunitário. Disse que não haveria impedimentos nas candidaturas mas que todas as verbas ilegíveis a receber ficariam retidas por conta das dívidas dos incumprimentos. Adiantou que desta forma gostaria de saber como é que o Município, da forma que está, tinha possibilidades de desenvolver o projecto que tinha para levar adiante, por isso é que não se pode esquecer o passado que vai condicionar o futuro de Santa Comba Dão, pois está no ranking dos dezanove municípios mais endividados.

O Sr. Presidente anunciou a boa notícia da implementação, por parte da Câmara Municipal, do Serviço MY NET- que é um sistema de atendimento On-line com o objetivo de responder às novas necessidades dos cidadãos, em geral e do munícipes de Santa Comba Dão. No novo Serviço de Atendimento já estão disponíveis para submissão eletrónica os seguintes serviços: pedido de ramal de saneamento, pedido de limpeza de fossas sépticas, pedido de licença de especial de ruído entre outros.

A Comissão Municipal de Proteção Civil tomou posse no dia cinco de Fevereiro, já com a proposta de metodologia de revisão do Plano Municipal de Emergência.

O Conselho Municipal de Segurança reuniu no passado dia vinte e nove de Fevereiro, tendo efetuado um balanço da segurança de 2014 e apreciada a situação de segurança na área do Município.

Na Área Funcional da Educação destacou as atividades de enriquecimento curricular como a entrega de flautas aos alunos do 1º ciclo; as festas de natal nos centros escolares em colaboração com o agrupamento de escolas; a visita dos alunos à aldeia natal por parte dos centros educativos; a visita dos alunos da universidade sénior ao centro escolar; a colaboração no projeto relacionado com sessões de hipoterapia para alunos com necessidades educativas especiais e dinamizado pela associação de pais; atividades relacionadas com o tema da internet segura; desfile de Carnaval realizados nos três centros educativos; a alteração da entrada das viaturas de transporte de alunos do centro escolar centro, melhorando as acessibilidades e aumentando a segurança dos alunos.

Na Área funcional da Cultura e Artes referiu as iniciativas na casa da Cultura, nomeadamente o sorteio "Natal no Comércio Local", o III Encontro de Cantares do Ciclo Natalício, organizado pela Tuna de S^{to} Estêvão, a apresentação do livro "O método de ser bom aluno. "Bora lá" do professor Jorge Rio Cardoso, organizado pela Associação de Pais; a peça de teatro organizada pelo Agrupamento de Escolas e destinada aos alunos dos cursos profissionais.

A nível do Auditório Municipal decorreram conferências organizadas pela universidade sénior; sessão de sensibilização sobre Internet+Segura, destinada a encarregados de educação promovido pelo Agrupamento de Escolas; a reunião com o Movimento Associativo de Santa Comba Dão para a definição do modelo de festas para 2015 e ainda a realização da iniciativa "Aldeia Natal". Foram, ainda, divulgadas as atividades que estão ou irão decorrer na Casa da Cultura. Também se destacou a iniciativa do "Mercadão" que ocorre uma vez por mês e pretende promover os produtos locais e os artesãos e ao mesmo tempo dinamizar o mercado municipal.

Em seguida deu informações das iniciativas da Área Funcional Juventude e Desporto. Nas iniciativas da Área Funcional da Ação Social fez referencia ao trabalho realizado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ); trabalho levado a cabo pelos Gabinete de Apoio ao Emigrante e Gabinete de Inserção Profissional (GIP);

Largo do Município, 13 - 3440-337 Santa Comba Dão - Telef. Geral 232 880 500 - Fax 232 880 501 - E.mail: assembleia.municipal@cm-santacombadao.pt - site: www.cm-santacombadao.pt

Contribuinte N.º 506 637 441



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em relação à Rede social referiu que coube ao concelho de Santa Comba Dão acolher a realização da 29ª reunião de trabalho da Plataforma Supra Concelhia Dão Lafões, foi proposto a apresentação de uma boa prática pelo concelho anfitrião, sendo feito a apresentação de um trabalho desenvolvido pela Universidade Sénior de Santa Comba Dão "Uma aposta no envelhecimento ativo".

Relativamente à Área Funcional das Obras Municipais e Ambiente destacou a disponibilização, muito em breve de dois equipamentos, para a câmara e juntas de freguesia, da aquisição de um limpa bermas que está em fase de adjudicação e a reparação da motoniveladora.

Na área funcional do planeamento e urbanismo continua a ser implementado o SiG's - Sistemas de Informação Geográfica estando a ser introduzido o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios que está em fase de apreciação por parte do ICNF e se aguarda o seu parecer final. Em relação ao Gabinete de Planeamento está concluído o projeto de remodelação do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Santa Comba Dão, aguardando-se que o processo seja entregue para ser aprovado e enviado para Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Foram abertas as inscrições para a discussão e como nenhum deputado se inscreveu o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.3- COMUNICAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADES OU IMPEDIMENTOS, POR PARTE DO SENHOR VEREADOR A MEIO TEMPO, DR. JOÃO TOMÁS (NOMEADO POR DESPACHO DE 14 DE JANEIRO DE 2015), NOS TERMOS DO ARTº6 DA LEI Nº 64/93, DE 26 DE AGOSTO, NA SUA VERSÃO ACTUAL E EM CONJUGAÇÃO COM O Nº 1 DO ARTIGO 3º DA LEI Nº 29/87, DE 30 DE JUNHO, REPUBLICADO PELA LEI Nº 52-A/2005, DE 10 DE OUTUBRO= CONHECIMENTO;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação, sendo depois abertas as inscrições para a discussão e como nenhum deputado se inscreveu o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.4- "INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM CIÊNCIAS DA CONSTRUÇÃO- ITECONS- DESVINCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO, COMO MEMBRO ASSOCIADO FUNDADOR, CLASSE E= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

Na sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que os senhores deputados tiveram a oportunidade de ler a informação em que a 24 de fevereiro de 2006, foi autorizada a adesão do Município ao ITECONS como membro fundador, classe E, a que correspondeu o pagamento de uma jóia de 2 500 euros e à obrigação de uma quotização anual de 1500 euros. De acordo com os serviços de contabilidade, de 2006 a 2013, foram faturados, pelo ITECONS, 286.265,35 euros, tendo sido pagos 198.186,90 euros e com uma dívida atual de 73. 800 euros em factoring e uma dívida direta ao ITECONS de 14.278.46 euros. Foi constatado a realização de um conjunto de trabalhos que se fossem contratualizados através de uma empresa de serviços custaria muito menos de metade dos valores aqui expressos, considerando que foi uma má adesão reconhecida por todos, pelos técnicos do Município e pelo anterior Executivo que pediu a suspensão deste protocolo. Foi analisada a situação em reunião de Câmara que deliberou pela desistência da qualidade associada aos ITECONS e pede à Assembleia Municipal que delibere nesse sentido, a desvinculação do Município ao ITECONS.



Handwritten signature in blue ink

**MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Em seguida, interveio o Sr. Deputado Tiago Costa que, acerca deste ponto, disse que num país que atravessa as dificuldades financeiras conhecidas se torna premente a ponderação das despesas efetuadas, em especial num concelho como o de Santa Comba Dão em que recai uma situação financeira sobejamente conhecida. Nesse aspeto todas as verbas se tornam necessárias para promover o tão desejado equilíbrio financeiro. E a este propósito analisando a declaração da Sr. deputada Edite Cruz que foi acusada de trazer águas do passado e de ser exigido ao Sr. Presidente da Câmara uma melhor gestão, e que está a tomar as decisões de gestão que são as possíveis e as melhores para o concelho, cabe à Câmara Municipal gerir não cabe à Assembleia Municipal gerir. O valor das verbas abordadas pelo Sr. Presidente que estavam subjacentes à adesão e fundação deste instituto acha que este é um ato de gestão que se considera pertinente e da mais elementar importância para a situação concelhia, não se descortina nos documentos que foram fornecidos quais os proveitos da adesão a este instituto. Os trabalhos feitos pelo instituto foram oito, com uma média de um trabalho por ano, pergunta qual o real proveito que este instituto trouxe à vida concelho

O Sr. Presidente disse que prestou alguns serviços, mas comparando os custos de adjudicação de serviços a uma empresa de consultadoria e os preços que foram pagos a ITECONS não tem dúvida que as diferenças seriam abismais. Foi um ato de gestão que não foi produtivo e aconselhava que rapidamente fosse rescindido. Passou-se à votação do documento em apreço. A Assembleia Municipal aprovou este ponto por maioria:

Abstenções - 6 votos do PPD/PSD; Favor - 3 votos do PPD/PSD e 13 votos do PS

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.5- RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SANTA COMBA DÃO= CONHECIMENTO;

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que fez uma síntese do trabalho da CPQJ, referindo, ainda, as atividades para 2015, que a Comissão vai levar a cabo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação, sendo depois abertas as inscrições para a discussão e como nenhum deputado se inscreveu o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.6- PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2015 DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES/CONHECIMENTO;

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal apresentou o assunto em epígrafe. A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação, não havendo qualquer intervenção por parte dos senhores deputados, passou-se ao ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.7- ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA= MOÇÃO DO GRUPO PARLAMENTAR DO PS= CONHECIMENTO.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal apresentou o assunto em epígrafe. A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação, sendo depois abertas as inscrições para a discussão. Usou da palavra o Sr. Deputado Alcino Martins Almeida para perguntar ao Sr. presidente da Câmara, face às notícias que têm saído na comunicação social sobre as remunerações dos membros da direção da Associação de Municípios da Região



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Planalto Beirão, pedindo que informasse a Assembleia Municipal, na qualidade de membro desse órgão, se atualmente o Sr. Presidente da Câmara ou os seus pares também recebem e quanto.

O Sr. Presidente respondeu que quando o Executivo tomou posse encontrou uma Associação de Municípios do Planalto Beirão numa situação de grande dificuldade financeira, com uma dívida astronómica e com problemas graves para resolver. Tem sido um trabalho muito difícil que tem absorvido tempo, mas felizmente a Associação de Municípios do Planalto Beirão está bem diferente do que quando tomaram posse, conseguindo reduzir substancialmente a dívida. Conseguiram renegociar alguns empréstimos para valores comportáveis assim como o plano de pagamento e juros, começando a haver algum bem-estar nesta Associação. Paralelamente a esta Associação está a questão relacionada com a adenda ao contrato de concessão das águas, em 1997 e que foi alterado com uma adenda ao mesmo feita, em 2007, prolongando a concessão por mais quinze anos e criando a sobretaxa. É isto que está em discussão, na moção apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS da Assembleia Municipal de Tondela. A Associação de Municípios do Planalto Beirão adjudicou uma auditoria a uma empresa credível, a Deloitte, para verificar o modo como estavam a ser cumpridas as cláusulas desta adenda e o estudo económico que lhe estava subjacente, já têm o resultado e neste momento estão em negociações com as Águas do Planalto. Esta informação será trazida à próxima sessão da Assembleia. Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado até determinado momento os membros do Conselho de Administração da Associação dos Municípios do Planalto Beirão recebiam senhas de presença pelas reuniões em que participavam, pensa que são esses os valores que vêm expressos na comunicação social. A partir do momento em que as senhas deixaram de ser possíveis, os senhores membros do Conselho de Administração passaram a ter direito àquilo que foi designado como despesas de representação e entregavam despesas até um determinado montante, alegadamente pelos serviços que prestavam à Associação de Municípios do Planalto Beirão. Este novo Conselho de Administração quando tomou posse considerou como ponto de honra não o fazer, se são presidentes de câmara estão aos serviços das câmaras municipais e estão impedidos de receber qualquer gratificação. Dos cinco presidentes do conselho de administração e como Presidente do Conselho de Administração da Ecobeirão até hoje nem ele nem ninguém teve qualquer abono pelo seu trabalho.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

III- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.

No último ponto dos trabalhos da Assembleia o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público.

Interveio o senhor António José Corveira de Sousa, residente no Coval, União de Freguesias de Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro, que colocou as seguintes questões – relativamente a uma dívida que havia da Associação de Municípios do Planalto Beirão ao Município de Santa Comba Dão, no valor de cerca de um milhão de euros, queria saber se o assunto já tinha sido resolvido. Relativamente aos transportes da Rodoviária da Beira Litoral e à dívida que não entrou na contabilidade do município como não tinha ouvido o valor, aquando da sua menção, pediu para ser repetido.

O Sr. Presidente relativamente à dívida da Associação de Municípios do Planalto Beirão do Planalto Beirão informou que já haviam sido enviadas duas cartas à Associação de Municípios do Planalto Beirão às quais ainda não tinham obtido resposta. Acrescentou que a resposta informal foi de que o assunto estava entregue ao gabinete jurídico para ser dada uma resposta e se, até ao final da semana seguinte, não obtivesse resposta,



Handwritten initials and signature in blue ink.

MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

iria ver qual o caminho jurídico a tomar para reclamar a dívida. Em relação à dívida reclamada pela Rodoviária Beira Litoral informou que era de € 147.008,96 euros.

Feita a leitura da minuta da ata pelo 1º secretário, César Branquinho, esta foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas dezassete horas, da qual e para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Mesa.

Large handwritten signature in blue ink.

Handwritten name: Paulo José Tavares